

2- Do esboço à obra completa: quando e por que surge a idéia do bem

- Logo, meu amigo, ele tem de ir pelo caminho mais longo...
(504c-d)

A questão da idéia do bem é introduzida no livro VI, no momento em que Sócrates se propõe a expor a educação conveniente aos guardiães, e é concluída no livro VII (540a-b), quando, 50 anos completos, os guardiães chamados a governar terão, ao termo de sua educação, “visto o bem ele mesmo, eles se servirão dele como um modelo (*paradeigma*) para ordenar (*kosmein*) a cidade, os particulares e eles mesmos”. É a idéia do bem “que se precisa ver se se quer agir de maneira sensata, em público e em privado.” (517c).

O conhecimento da idéia do bem é, portanto, essencial para a fundação da cidade justa, e mesmo se ela tem conseqüências éticas e implica uma distinção ontológica e epistemológica, ela tem uma função pedagógica e política clara, pois ela orienta toda a formação dos filósofos aos quais se confiará o governo da cidade. Paradigma de referência à consecução da justiça na pólis, é a idéia do bem que lhes determinará tudo que devem prescrever para *ordenar a cidade*. Neste sentido, a *República* delinea uma *poética política*, pois os filósofos *farão, produzirão (poein)* a cidade com base no modelo noético da idéia do bem, como pintores que a contemplam para desenhar, pedagógica e legislativamente, as virtudes na cidade.

Parece-te que há alguma diferença entre os cegos e aqueles que estão realmente privados do conhecimento de todo o ser, e que não têm na alma nenhum modelo claro, nem são capazes de olhar, como pintores, para a verdade absoluta, tomando-a sempre como ponto de referência, e contemplando-a com o maior rigor possível, para só então promulgar leis cá na terra sobre o belo, o justo, o bom, se for caso disso, e preservar as que existirem, mantendo-as a salvo. (485b-d)

O que devem, então, aprender os guardiães para alcançar a visão da idéia do bem, que lhes servirá de modelo máximo de referência axiológica? Como se sabe, a questão da educação é um dos temas fundamentais do pensamento de

Platão e perpassa vários diálogos, que apresentam diferentes questões a respeito da centralidade da educação na vida humana, explorando ora os seus aspectos ético-políticos, ora a sua dimensão onto-epistemológica.

O livro VI traz a questão da formação dos guardiães. Interessa a Sócrates saber “por meio de quais estudos e de quais ocupações” poderão se formar os *salvadores da constituição*, os defensores do novo regime (502c). É necessário examinar, também, se a sua natureza é capaz de atingir os mais altos e importantes estudos (503e).

Como explica Dixsaut¹, inicialmente, os “naturais filósofos”, os “salvadores” da justiça na cidade, irão salvar-se a si mesmos, preservando sua excelência natural. O perigo não vem só da atitude que devem cumprir, mas as diferentes ciências que eles aprenderão correm o risco de serem deturpadas de seu objetivo primordial, o conhecimento do bem.

Antes de governar, os guardiães passarão por uma longa formação, *paidêutica*, a fim de formarem seu corpo e espírito para tão alta função, de que depende a harmonia da cidade. Em 505b, Sócrates diz que os guardiães não pouparão esforços para aprender e exercitar o seu corpo. Mas, neste momento do diálogo, no qual se realiza não mais o *rascunho* porém a *obra completa*, aprender não é mais, como no livro III, compensar a ginástica com o estudo da *música*, nem adquirir uma ciência particular sobre um valor específico – como o é a *hoplomaquia* no *Laques*, a retórica no *Górgias* e no *Protágoras*, e as cinco ciências matemáticas no livro VII. Nesta crucial parte do livro VI, Sócrates explica que o que importa aprender é a compreensão da realidade em si, ela mesma. Explica Dixsaut: “Toutes les études qui procèdent dialectiquement sont les plus importantes parce que leurs objets, les Formes, sont les réalités les plus importantes, et le bien, quand il est mentionné, est une Forme parmi les autres.”²

Se há uma constante no pensamento platônico, é a convicção de que o conhecimento verdadeiro não se relaciona com o devir mas se direciona ao ser, eterno e imutável. É este tipo de saber, metafísico, que deve ser ensinado aos guardiães.

Segundo Charles Kahn, “*la seule constante dans la pensée de Platon est la*

¹ DIXSAUT, M. *Encore une fois le bien*. In: *Études sur la République de Platon*. vol. 2 de la science, du bien et des mythes. Paris: Vrin, 2005. p.225-255. p.227

² *Ibidem*

conception de la réalité stable, uniforme, et immuable – la conception parménidienne de l'Être – et aussi une conception correspondante de l'âme humaine capable d'accéder à cette réalité."³ Ora, a educação dos guardiães, exposta nos livros VI e VII da República, é exatamente o elo que ligará a alma às idéias inteligíveis, através de um elaborado processo ascensional de intelectualização, e que encontrou na linguagem alegórica da Caverna a sua mais consumada imagem simbólica, a árdua libertação dos grilhões da dimensão sensível da realidade.

Como a eles é atribuída a capacidade de engendrar as virtudes, assim como as salvar, os guardiães-filósofos devem tê-las na medida mais exata possível (*metrón*, 405c). As definições propostas às virtudes no livro IV não passam de “*esboços*” incompletos e imperfeitos, pois não associados aos modelos que lhes conferem consistência ontológica, por isso inaptas para servir como medida, critério de compreensão das ações virtuosas, pois nada de incompleto e imperfeito (*ateles*) pode ser verdadeiramente uma medida (504c). Mas em que sentido a definição da virtude da justiça é incompleta, tal como apresentada no livro IV?

Mesmo Trasímaco poderia aceitar tal definição de justiça (cumprimento da função que lhe é própria – 433a), pela força persuasiva que comporta, mas isso não é suficiente para que ela se torne *boa, bela e vantajosa*, ou seja, que ela venha a ser efetivamente uma *virtude*. É preciso percorrer um *caminho mais longo*, o que conduzirá à *compreensão metafísica da política*, para que se torne evidente, leia-se *luminoso*, a *bondade, a utilidade, a vantagem da justiça*. Como diz Dixsaut, “*on ne prend pas l'exacte mesure de ce qu'est la justice si on ne sais pas à quoi et en quoi elle est bonne*”.⁴

A questão do bem é assim introduzida em razão de uma oposição entre o que resta incompleto, imperfeito (*ateles*) e o que é o seu *telos*, sua efetivação plena pela indicação do que lhe é próprio, adequado. A completude alcançada pelo *caminho mais longo* diz respeito ao aumento de exatidão na compreensão das virtudes, compreensão agora *dialética*, compreensão agora relacionada às *idéias*

³ KAHN, C. *Pourquoi la doctrine de la réminiscence est-elle absente de la République?*. In: DIXSAUT, M. (org.) *Études sur la république de Platon. vol. 2 de la science, du bien et des mythes*. Paris: Vrin, 2005. p.95-103. p.97

⁴ DIXSAUT, M. *Encore une fois le bien*. In: *Études sur la République de Platon. vol. 2 de la science, du bien et des mythes*. Paris: Vrin, 2005. p.225-255. p.227

das virtudes, compreensão da *idéia do bem* que as torna úteis e desejáveis, belas e vantajosas, em uma palavra, que as completa e as torna perfeitas.

No fim do livro V (459 e ss.), os filósofos são discernidos dos *filodóxos* pela capacidade que têm de aceder às unidades noéticas e não se confundir com a multiplicidade vacilante dos fenômenos. Todo conhecimento epistêmico, insiste Platão neste ponto, deve ser com base num ente noético puro, não misturado com nenhum ente sensível. Só assim poderá o filósofo mensurar o fenômeno sensível, a partir do ser único e imutável que o explica, mas que com ele não se confunde. O *telos* do conhecimento dialético é, assim, a compreensão desses seres únicos e imutáveis, distintos da pluralidade cambiante do mundo sensível. A dialética das idéias relaciona as manifestações concretas, múltiplas e variantes, da justiça, p.e., à idéia da justiça, à justiça em si mesma. O filósofo dialético é aquele que o faz com todas as coisas (479e), não apenas com a justiça, mas com a coragem, a sabedoria, e assim por diante. Por isso, as idéias são o *telos* que complementa as virtudes, do mesmo modo como o *bem* será o *telos* das idéias.

Então, a ciência máxima da dialética, objetivo supremo da educação dos futuros guardiães-filósofos, implica, essencialmente, duas *capacidades (dunamei)*: 1) discernir no seio da multiplicidade sensível a unidade inteligível que a explique; e 2) segundo o conhecimento dessa unidade de sentido, determinar, completa e exatamente, a essência, *a ousia*, de cada coisa. O *logos* capaz de determinar a essência de cada coisa de modo definitivo é o *logos dialético* (534b). Atingir o ser uno das idéias e apresentar razões dessa essência é o *telos* do dialético.

O *mais longo caminho*, o da dialética, não altera a temática do diálogo. Não se passou de uma reflexão prática a uma especulação teórica. Seria negar a característica principal do pensamento platônico pensar dessa maneira. Pois, para Platão, a reflexão teorética é fundamento da prática moral. A reflexão filosófica é motivada por uma indagação de ordem essencialmente prática, normalmente uma virtude, como a justiça, no caso da *República*. Toda prática está subordinada a um conhecimento que a inspira, mesmo que esse conhecimento não seja refletido ou meditado.

Dixsaut nota, com acuidade, que o objetivo do circuito mais longo é apresentado inicialmente como a necessidade de *completar* a definição das virtudes. Mas, logo depois, tal objetivo é inserido num escopo maior, não sendo

senão um aspecto particular de um conhecimento mais geral. Sócrates passa, então, do plural - “conhecimentos mais importantes” (503e) – para o singular – “o conhecimento mais importante e mais conveniente” aos guardiães (504d). A dialética é a principal, o *telos* de todo conhecimento, mas não é a única ciência imprescindível na formação do filósofo. Antes, ela precisa da ajuda propedêutica de outras ciências, as matemáticas. A passagem do plural ao singular na fala de Sócrates é interpretada por Dixsaut como sendo uma forma de sublinhar a superioridade da dialética sobre as demais ciências matemáticas. Em que consiste esta supremacia?

Como se verá no capítulo 5, as ciências matemáticas certamente são capazes de atingir seres unos e imutáveis, pois começam por subtrair os seus objetos de análise de toda mutação do devir, isolando-os do qualquer relativismo, só podendo lidar com objetos que permanecem da mesma forma, sempre e independente do ponto de vista do sujeito que os pensa. Portanto, as ciências matemáticas alcançam uma *medida exata* dos objetos que estudam. Mas, se elas são capazes de atingir um conhecimento exato de entes noéticos, elas são impotentes para lhes determinar o valor, a utilidade. Nenhum saber, nenhuma ciência pode ser útil e vantajosa se ela não sabe precisar em que ela é *boa*, e esta questão não é posta por nenhuma ciência. As ciências matemáticas não têm, para Platão, capacidade de auto-justificação, de assegurar, cientificamente, o seu próprio valor. O fato de as ciências não colocarem a *questão do bem* torna-as inferiores e, de algum modo, dependentes, da dialética, que o faz. É a questão do bem que impede as ciências de se pensarem úteis pelo simples fato de serem ciências – que é a inconsistência do argumento circular dos refinados, denunciado em 505b. Indispensáveis como preparação intelectual do “*processo racional de tipo abstrativo-idealizante*”⁵, as matemáticas são, contudo, perniciosas quando consideradas modelos de uma ciência completa e perfeita em si mesma.

A ciência, dialética, do bem figura, portanto, no topo das ciências, pois as torna a todas úteis, assim como o faz em relação a toda atividade. À reação estupefata de Glauco, questionando o que poderia ser superior ao conhecimento das virtudes já estudadas anteriormente, no livro IV, Sócrates afirma que o

⁵ Esta expressão é de Vegetti, na nota 42 (p.114) da sua tradução comentada da República. Cf. Platone, *La Repubblica*, trad. e comento M.Vegetti. vol.V, libri VI-VII. Napoli: Bibliopolis, 2003.

conhecimento da idéia do bem é mais importante de que o conhecimento das outras virtudes pois é o que as torna úteis e vantajosas. A sutileza desse raciocínio é a mesma do que afirma a primazia do conhecimento do belo, ele mesmo, sobre as múltiplas espécies de coisas belas.

Se julgamos esse conhecimento inútil, julgamos desnecessário a forma do conhecimento dos filósofos e, por conseguinte, decretamos absurda a defesa do seu governo. Pois, o saber dialético das essências, acrescido da compreensão do valor deste saber, é a única razão que legitima o governo dos filósofos. Estes são os únicos capazes de governar, estipulando o que é *bom* para a cidade e para os seus cidadãos, inclusive para eles mesmos, não com base nas paixões do momento, mas com base no que é sempre, incondicionalmente, *bom*. Como dialético, o filósofo governante é capaz de defender a *bondade* de cada escolha, fundamentar suas decisões com base na idéia do bem, que ele conhece com exclusividade e, por isso, fazer valer a sua vontade. *A sua autoridade advém do conhecimento da idéia do bem*, está claro. O bem é o objeto mais elevado de seus estudos, o *telos* de sua formação porque é o que o permite governar, salvaguardar as virtudes, incumbir cada cidadão com a função devida, cada classe na ocupação que lhe é própria, em um palavra, *ordenar* a cidade. Conhecendo a idéia do bem, *estrutura teleológica da realidade*, como se verá mais adiante, no capítulo 4, ele é capaz de harmonizar a felicidade de cada um com o a satisfação da cidade inteira.

Dixsaut nota que a ascensão dos filósofos ao governo da cidade é condição também da felicidade dos outros cidadãos, porque uma alma só será conduzida em direção ao bem se ela for conduzida por um filósofo, único que conhece o bem do que quer que seja, porque é o único que conhece a idéia do bem, atingida após uma intensiva formação dialética. Uma alma, naturalmente, não chegará à consecução de seu bem, portanto de sua felicidade, porque não o conhece, e não o conhece porque apenas a alma do filósofo é governada por sua parte racional. *Ao governo da razão no interior da alma do filósofo corresponde o governo do filósofo na cidade*, esta é a analogia estruturadora da argumentação na República, o *método psíquico-político*. Diz Dixsaut: “*si un individu n’est pas philosophe, ou n’est pas le citoyen d’une cité gouvernée par des philosophes, le bien qu’il cherche n’est bon qu’en apparence ou par hasard.*”⁶

⁶ DIXSAUT, M. *Encore une fois le bien*. In: *Études sur la République de Platon*. vol. 2 de la

O filósofo determinará o bem de cada um. O bem de cada indivíduo é o bem de toda a alma humana, não o bem individual, particular, “subjetivo” e não partilhável com a comunidade dos homens. Como explica Dixsaut, tendo a alma humana a mesma estrutura e portando as mesmas partes, o que é bom para uma é bom para as outras. A diferença *psicológica* entre os homens se dá pela distinção da atuação das partes sobre cada um, argumento necessário para afirmar a exclusividade do primado da razão na alma do filósofo, análogo à exclusividade de sua legitimidade para governar. Propor a questão do bem relacionada analogamente à estrutura da alma e da cidade permite que se afirme uma única boa ordem. Não há que se falar em contraposição de bens subjetivos, adstritos a um indivíduo, e o bem em si, a idéia do bem. No pensamento platônico resulta incoerente qualquer distinção entre *bem em si* e *bem para si*, que um argumento egoístico poderia trazer⁷. A idéia do bem identifica o bem próprio de cada indivíduo, de cada coisa. Não há possibilidade de haver confronto entre a vantagem individual e a ordem da cidade. Na harmonia da alma e da cidade, advinda da idéia do bem, é que reside a *capacidade do filósofo de ordenar a realidade humana*.

Da maneira como é introduzida, a idéia do bem pode ser entendida como um valor acrescido a todo valor para que este possa deixar de ser hipotético, i.é., condicionado por uma pretensão, não plenamente justificável, de ser vantajoso, útil, bom. A *bondade* de toda coisa fica sempre condicionada à idéia do bem, que a plenifica, completa-a. Assim se pode entender os passos 505a (*é pela idéia do bem que as coisas justas e as outras coisas se tornam úteis e vantajosas*) e 517c (*a idéia do bem é a causa de todas as coisas justas e belas*). Afirmá-lo bom é suficiente para estabelecer a utilidade de um valor, ele não tem mais necessidade de nenhuma justificação, ele é pleno, completo, um valor ‘em si’. A idéia do bem é o *telos* do estudo mais importante porque ela torna perfeito, pleno (*teleion*) aquilo que dela participa.

science, du bien et des mythes. Paris: Vrin, 2005. p.225-255. p.231, n.1

⁷ DIXSAUT, M. *Encore une fois le bien*. In: *Études sur la République de Platon. vol. 2 de la science, du bien et des mythes*. Paris: Vrin, 2005. p.225-255. p.231, n.1